

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 02/2024: Inovação - Elaboração de metodologias para apoio a governança - PDDE, PNATE, Caminho da Escola</b>	
<b>Título e Código do Projeto:</b>	<b>914BRZ1149</b> - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
<b>Local de Trabalho:</b>	Brasília-DF
<b>Período do contrato:</b>	11 meses
<b>Número de vagas:</b>	01 (uma)
<b>Enquadramento no Prodoc:</b>	1.2.3 Realizar estudos analíticos e propositivos para o aprimoramento e inovação da execução dos programas de manutenção escolar em comunidades quilombolas, ribeirinhas e em povos indígenas.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO****a) Contexto da consultoria**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

Dentre os resultados esperados, há o Resultado 1.2: Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados. Para o alcance do Resultado 1.2, está prevista a contratação de consultores para elaborar metodologias de gestão, assistência técnica, monitoramento e avaliação dos programas brasileiros de manutenção escolar.

**b) Motivos e relevância**

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, criado no ano de 1995, também conhecido como PDDE Básico, é regido atualmente pela Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021, tendo como legislação principal anterior a Resolução CD/FNDE/MEC nº 10, de 18 de abril de 2013.

Além do PDDE Básico, existem as Ações Integradas, que consistem em programas educacionais específicos geridos pelas Secretarias do Ministério da Educação – MEC (Secretaria de Educação Básica – SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Secadi), mas que seguem os mesmos moldes operacionais do PDDE Básico nos quesitos: forma de transferência dos repasses, modo de gestão dos recursos e modo de prestação de contas.

Contudo, cada Ação Integrada possui finalidades, objetos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções, as quais devem ser estritamente seguidas para a correta aplicação dos recursos e alcance dos objetivos dos programas.

O PDDE possui caráter suplementar e consiste na destinação anual de recursos financeiros repassados às entidades participantes, cujas finalidades consistem em contribuir para:

- a) o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento;
- b) a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica; e
- c) o incentivo da autogestão escolar e do exercício da cidadania, com a participação da comunidade no controle social.

O PDDE deve atender também às especificidades dos povos indígenas. Apesar de as garantias constitucionais e legais resguardarem o direito dos povos indígenas à educação escolar, sabe-se que por motivos culturais e geográficos muitos não são atendidos. Além das dificuldades de acesso às salas de aula, persiste, de modo geral, o cenário de oferta de educação escolar homogeneizante, estruturada com base nas práticas correntes das redes de ensino não indígenas, sem atender os objetivos educacionais de cada povo.

Assim, a finalidade da contratação em questão é realizar estudos analíticos e propositivos para o aprimoramento e inovação da execução do PDDE especificamente nas comunidades indígenas.

A realização de levantamento de informação e proposição de melhoria do PDDE aos povos indígenas, seguramente, contribuirá para subsidiar e qualificar as ações de assistência técnica e tomada de decisão das políticas do FNDE. Dessa forma, a aplicação dos recursos será otimizada, contribuindo para que se gerem os resultados esperados.

#### c) Necessidade da consultoria

Este edital tem por objeto a contratação de 01 (uma) consultoria especializada no estudo analítico e propositivo para o aprimoramento e inovação da execução do Programa Dinheiro Direto na Escola especificamente nas comunidades indígenas.

Ressalta-se a não existência de profissionais com este perfil na Autarquia, tendo em vista ser uma área de conhecimento da legislação indigenista e educação escolar indígena e a carreira do FNDE ser específica para financiamento de políticas educacionais.

## 2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados: Proposições de implantação do PDDE nas comunidades indígenas; propostas de aprimoramento das estratégias de assistência técnica e de monitoramento e avaliação do PDDE de forma a ampliar o alcance para os estudantes indígenas; capacitações para as escolas indígenas, gestores indígenas e secretarias de educação.

b) Enquadramento no Prodoc:

**Objetivo Imediato:** Políticas educacionais de transporte escolar e de descentralização de recursos às escolas sendo executadas de forma eficiente a partir de aplicação de novas metodologias, experiências inovadoras e boas práticas nacionais e internacionais, hábeis a incrementar seu desenvolvimento.

**Resultado 1.2:** Processos de planejamento, implantação, execução, monitoramento e inovação dos programas brasileiros de transferência direta de recursos para as escolas e dos programas da Política Pública de Transporte Escolar aprimorados.

**Atividade 1.2.3:** Realizar estudos analíticos e propositivos para o aprimoramento e inovação da execução dos programas de manutenção escolar em comunidades quilombolas, ribeirinhas e em povos indígenas.

## 3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Descrição
<p><b>Produto 1</b> - Documento técnico contendo propostas, mapeamento de escolas e conteúdo de comunicação com gestores e escolas indígenas, considerando as experiências de gestão exitosas tendo gestores indígenas como presidentes das UEX (Unidades Executoras), as experiências exitosas em relação à atuação das secretarias municipais e estaduais de educação com as escolas indígenas e sistematização dos dados do questionário para ser utilizado como conteúdo nas capacitações.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 1:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Diagnóstico das experiências de gestão exitosas tendo gestores indígenas como presidentes da UEX;</li> <li>• Estudo dos produtos da consultoria do Edital 10/2022.</li> </ul> <p>Fazer visitas <i>in loco</i> para socializar as experiências exitosas com as secretarias de educação.</p>
<p><b>Produto 2</b> - Mapear as experiências exitosas abordadas no primeiro TR em relação a atuação das secretarias municipais e estaduais de educação fazer visita in loco e socializar as experiências com as demais secretarias de educação do Brasil de modo virtual e ou presencial e mapear as experiências de gestão do PDDE exitosas tendo gestores indígenas como presidentes da UEX, fazer visita in loco e socializar as experiências a partir dos próprios gestores indígenas;</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 2:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Estudo dos produtos da consultoria do Edital 10/2022;</li> </ul> <p>Elaboração de documentos com melhorias para o programa nas escolas indígenas.</p>
<p><b>Produto 3</b> - Documento técnico contendo relatório sobre as capacitações virtuais realizadas com os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais - Cecampes e com as secretarias de educação municipal e estadual, com foco nos avanços em relação às inadimplências das UEX de escolas indígenas e na abertura de unidades executoras nas escolas com código INEP/MEC.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 3:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Apoio aos Cecampes;</li> <li>• Organização e diagnóstico dos dados das capacitações virtuais.</li> </ul>
<p><b>Produto 4</b> - Documento técnico contendo mapeamento das escolas indígenas que não recebem atendimento do PDDE e das escolas indígenas com distância superior a 100 quilômetros da cidade mais próxima e, ainda, relatório sobre as capacitações realizadas especificamente para essas instituições.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 4:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> <li>• Mapeamento das escolas indígenas que não recebem atendimento do PDDE e daquelas com distância superior a 100 quilômetros da cidade mais próxima;</li> </ul> <p>Organização e diagnóstico dos dados das capacitações realizadas.</p>
<p><b>Produto 5</b> - Documento técnico contendo relatório de visitas técnicas aos estados que não foram visitados na primeira consultoria, principalmente da região norte do país.</p> <p><b>Atividades necessárias para elaboração do Produto 5:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em reuniões institucionais;</li> <li>• Diálogo permanente com a equipe da CGDME;</li> </ul>

- Organização e diagnósticos dos dados da assistência técnica do PDDE para as escolas indígenas visitadas.

#### 4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

##### Perfil: Consultor em análise, monitoramento e financiamento de políticas públicas

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
<b>Produto 1</b> - Documento técnico contendo propostas, mapeamento de escolas e conteúdo de comunicação com gestores e escolas indígenas, considerando as experiências de gestão exitosas tendo gestores indígenas como presidentes das UEX (Unidades Executoras), as experiências exitosas em relação à atuação das secretarias municipais e estaduais de educação com as escolas indígenas e sistematização dos dados do questionário para ser utilizado como conteúdo nas capacitações.	40 dias
<b>Produto 2</b> Mapear as experiências exitosas abordadas no primeiro TR em relação a atuação das secretarias municipais e estaduais de educação fazer visita in loco e socializar as experiências com as demais secretarias de educação do Brasil de modo virtual e ou presencial e mapear as experiências de gestão do PDDE exitosas tendo gestores indígenas como presidentes da UEX, fazer visita in loco e socializar as experiências a partir dos próprios gestores indígenas;	120 dias
<b>Produto 3</b> Documento técnico contendo relatório sobre as capacitações virtuais realizadas com os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais - Cecampes e com as secretarias de educação municipal e estadual, com foco nos avanços em relação às inadimplências das UEX de escolas indígenas e na abertura de unidades executoras nas escolas com código INEP/MEC.	180 dias
<b>Produto 4</b> Documento técnico contendo mapeamento das escolas indígenas que não recebem atendimento do PDDE e das escolas indígenas com distância superior a 100 quilômetros da cidade mais próxima e, ainda, relatório sobre as capacitações realizadas especificamente para essas instituições.	250 dias
<b>Produto 5</b> Documento técnico contendo relatório de visitas técnicas aos estados que não foram visitados na primeira consultoria, principalmente da região norte do país.	310 dias

\* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

#### 5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;

- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Graduação em Licenciatura Intercultural, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Educação, Geografia, História, ou áreas afins, em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC.
- **Experiência Profissional:**
  - Experiência mínima de 2 (dois) anos em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar indígena: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria.

### 6.2 Desejáveis:

- Especialização, mestrado ou doutorado em Antropologia, História, Educação, Políticas Públicas ou áreas relacionadas.
- Experiência de trabalho *in loco* em território indígena para implementação de políticas públicas voltadas para populações indígenas.

## 7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os candidatos serão avaliados pelos critérios técnicos dispostos na tabela a seguir.

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> que possua curso superior completo em Licenciatura Intercultural, Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Ciências Sociais, Educação, Geografia, História, ou áreas afins, devidamente reconhecido pelo MEC.</p> <p>É <b>desejável</b> especialização, mestrado ou doutorado em Antropologia, História, Educação, Políticas Públicas ou áreas relacionadas</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p><b>[100%] 30 pontos:</b> Doutorado nas áreas relacionadas</p> <p><b>[95%] 28,5 pontos:</b> Doutorado</p> <p><b>[90%] 27 pontos:</b> Mestrado nas áreas relacionadas</p> <p><b>[85%] 25,5 pontos:</b> Mestrado</p> <p><b>[80%] 24 pontos:</b> Especialização nas áreas relacionadas</p> <p><b>[75%] 22,5 pontos:</b> Especialização</p> <p><b>[70%] 21 pontos:</b> Graduação</p>	30
2	Experiência do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> que possua experiência mínima 2 (dois) anos em um ou mais aspectos de apoio a projetos de educação escolar indígena: elaboração, coordenação, gerência, docência, gestão, execução e/ou assessoria.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidos por algum empregador.</p>	<p><b>[100%] 20 pontos:</b> 5 ou mais anos de experiência</p> <p><b>[90%] 18 pontos:</b> 4 anos de experiência</p> <p><b>[80%] 16 pontos:</b> 3 anos de experiência</p> <p><b>[70%] 14 pontos:</b> 2 anos de experiência</p>	20

Qualificação e Experiência do Candidato					
		<p>É <b>desejável</b> Experiência de trabalho <i>in loco</i> em território indígena para implementação de políticas públicas voltadas para populações indígenas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de atestados e/ou declarações fornecidas por algum empregador.</p>	<p><b>[100%] 20 pontos:</b> 4 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p><b>[90%] 18 pontos:</b> 3 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p><b>[80%] 16 pontos:</b> 2 experiências de trabalho <i>in loco</i></p> <p><b>[70%] 14 pontos:</b> 1 experiência de trabalho <i>in loco</i></p>	20	
3	Entrevista	Adequação ao perfil e domínio nas atividades previstas no edital	<p><b>[100%] 10 pontos:</b> Ótimo</p> <p><b>[70%] 7 pontos:</b> Bom</p> <p><b>[50%] 5 pontos:</b> Regular</p> <p><b>[10%] 1 ponto:</b> Fraco</p>	10	
		Desenvoltura na articulação de temas e ideias ao responder.	<p><b>[100%] 10 pontos:</b> Ótimo</p> <p><b>[70%] 7 pontos:</b> Bom</p> <p><b>[50%] 5 pontos:</b> Regular</p> <p><b>[10%] 1 ponto:</b> Fraco</p>	10	
		Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista	<p><b>[100%] 10 pontos:</b> Ótimo</p> <p><b>[70%] 7 pontos:</b> Bom</p> <p><b>[50%] 5 pontos:</b> Regular</p> <p><b>[10%] 1 ponto:</b> Fraco</p>	10	
TOTAL DE PONTOS					100

## 8 – ENTREVISTA

A fase final do processo de seleção e classificação se dará por meio de entrevista com os candidatos que atingirem a maior pontuação referente a qualificação e experiência, conforme item 7 deste edital. Para cada uma das vagas, a critério do Comitê de Seleção, 03 (três) ou mais candidatos participarão dessa fase.

As entrevistas terão caráter classificatório e eliminatório e, a critério do Comitê de Seleção, poderão ser presenciais e realizadas em Brasília, no Edifício FNDE.

A entrevista valerá **30 (trinta) pontos**, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, fluência verbal e capacidade de raciocínio.

## 9 – LOCAL DE TRABALHO

Brasília-DF.

Não há a necessidade de o(a) consultor(a) permanecer nos espaços físicos da Autarquia, podendo trabalhar remotamente, desde que resida em Brasília e esteja disponível para a participação de reuniões presenciais, videoconferências, além de atender ligações, responder e-mails e manter as condições necessárias para acessar os sistemas corporativos.

Brasília/DF, 26 de dezembro de 2023.